



Família & poder político na paraíba através do livro *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego: literatura e história sob o viés da história cultural.

Queila Guedes Feliciano Barros¹

Recebido em: 21/12/2018

Aceito em: 15/03/2019

RESUMO

Propomos neste trabalho uma breve discussão a respeito das questões conflituosas que envolvem o ofício do historiador e sua produção, tendo como ponto de partida a utilização da literatura como fonte para a história. Leva-se em consideração o conhecimento histórico enquanto ciência e prática narrativa, a partir da análise do romance paraibano “Menino de engenho” do autor José Lins do Rego. Para tanto, dialogamos com autores que nos permitem obter um olhar ampliado e profundo sobre a discussão a respeito da verdade e ficção que permeiam o trabalho do historiador e refletimos sobre as ações do historiador enquanto método e sua produção enquanto narrativa (texto), tomando por base reflexões sobre o conceito e utilização da representação *versus* a “verdade histórica” como aparato teórico-metodológico.

Palavras-chave: História. Literatura. Menino de engenho.

Family & political power in the paraíba through the book *Boy from Engenho*, by José Lins do Rego: literature and history under the bias of cultural history

ABSTRACT

We propose in this work a brief discussion about the conflictual issues that involve the craft of the historian and its production, starting with the use of literature as a source for history. Historical knowledge is taken into account as a narrative science and practice, based on the analysis of the novel by José Lins do Rego from Paraíba novel "Menino de engenho". In order to do so, we have dialogues with authors that allow us to obtain an extended and profound view of the discussion about truth and fiction that permeate the work of the historian and reflect on the actions of the historian as a method and its production as narrative (text). base reflections on the concept and use of representation versus "historical truth" as a theoretical-methodological apparatus.

Keywords: Story. Literature. Menino de engenho.

¹ Mestre em História Cultural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduada no Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pedagoga pela Universidade Braz Cubas (São Paulo). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1883696052969321>. mestrequeilabarros@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam (PESAVENTO, 2008, p. 08).

Propomos neste trabalho uma breve discussão a respeito das questões conflituosas que envolvem o ofício do historiador e sua produção. Tendo como ponto de partida a utilização da literatura como fonte para a história, levando em consideração o conhecimento histórico enquanto ciência e prática narrativa, a partir da análise do romance paraibano “Menino de engenho” do autor José Lins do Rego. Dialogando para tal pressuposto com as principais abordagens teóricas e metodológicas da história cultural que tem proporcionado ao longo do tempo a utilização da literatura na História, com o papel de facilitadora da produção do conhecimento histórico.

Fazendo parte desta discussão, o trabalho do historiador, assim como, as questões que envolvem as fontes documentais e nelas a classificação da literatura como fonte, com o propósito de analisar mudanças e tendências ocorridas no campo do saber histórico. Consistindo assim, nosso objetivo em demonstrar quais foram às influências e impactos que a crise na história das mentalidades causou ao ofício do historiador e sua produção. Dialogando com autores que nos permitem obter um olhar ampliado e profundo sobre a discussão a respeito da verdade e ficção que permeiam o trabalho do historiador. Refletindo sobre as ações do historiador enquanto método e sua produção enquanto narrativa (texto), tomando por base reflexões sobre o conceito e utilização da representação *versus* a “verdade histórica” como aparato teórico-metodológico.

2 HISTÓRIA E LITERATURA NA HISTÓRIA CULTURAL.

Destacando a importância para o desenvolvimento da história cultural como aporte teórico e dentro dela o viés que insere a literatura como fonte para a História, se faz necessário recordarmos as discussões iniciadas pelos historiadores ligados à revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Que tiveram a iniciativa de contestar a postura meramente científica da História, discutindo a necessidade de sua problematização, defendendo o caráter particular das ciências humanas e



reconhecendo a necessidade de uma estreita colaboração entre as disciplinas sociais e o método científico (BLOCH, 2001, p. 23).

Por não aceitar os pressupostos da historiografia política tradicional, que apenas narrava os acontecimentos como fatos verídicos, a escola dos *Annales* começou a questionar que as fontes para a construção do conhecimento histórico deveriam ser buscadas, interpretadas e analisadas de acordo com o objetivo de pesquisa de cada historiador. Acreditava-se que todos os acontecimentos humanos deveriam ser vistos a partir desta concepção, evidentemente, essas novas perspectivas do movimento historiográfico não se limitaram ao grupo dos *Annales*, nem à França. Significando, tanto uma mudança de produção do conhecimento histórico como uma circulação cultural de convergência com os interesses de historiadores europeus e norte-americanos (ARENDT, 1992).

Como no conhecimento histórico nada permanece imutável, mediante novas realidades históricas, no final dos anos 60 do século XX, os historiadores passaram a ser chamados para voltar-se as questões do tempo presente. Em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora publicaram o livro *Faire l'histoire*, divulgando trabalhos de historiadores contemporâneos, preocupados com novos problemas, objetos e abordagens da nova história. Na amostragem destes novos objetos do conhecimento histórico, surgiram os primeiros trabalhos sobre o inconsciente, o mito, o cotidiano, as mentalidades, dentre diversos outros temas, elaborados a partir das fontes consultadas e discutidas pelos autores desta época. Que acabaram demonstrando as dimensões interdisciplinares do conhecimento histórico dentro de novas perspectivas (CHARTIER, 1990, p. 50).

No decorrer dessa temporalidade a historiografia francesa passou a trilhar os rumos das mentalidades, campo privilegiado dos principais historiadores da “terceira geração” dos *Annales*. Abriu-se, assim, o caminho para que a produção historiográfica francesa passasse a enfatizar ao invés da vida material, também os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações, tais como: o amor, a família, a criança. Quanto ao estilo utilizado naquele período, costumava ocorrer o apego à narrativa e à descrição em detrimento das explicações globalizantes (CHARTIER, 1990).

A chamada “Nova História” abriu-se de tal modo a outros saberes e questionamentos do tipo estruturalista, que acabou pondo em risco a própria legitimidade do conhecimento histórico. Nesse contexto de crítica, vai surgir uma nova forma de conhecimento histórico que ficou conhecida como História Cultural. Essa nova maneira de se trabalhar a história procurou



defender a legitimidade dos estudos do “mental”, sem deixar de lado a própria história como disciplina específica.

A chamada nova história cultural não recusa de modo algum as expressões culturais das elites “letradas”, mas revela especial apreço com a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças, heterodoxas. Em resumo, a nova história cultural revela em especial a ficção pelo informal, sobretudo pelo popular (VAINFAS, 1997, p.57).

A pluralidade da nova história cultural, que recusou o conceito vago de “mentalidade” e se preocupou com o “popular” dando visibilidade a diferentes maneiras de se fazer uma história a partir de princípios que não necessariamente estivessem engessados pela obsessão da “verdade”. Fez com que a história cultural se abrisse a novas concepções teórico-metodológicas, entrando em cena o uso da literatura na história. Já que a literatura há muito tempo utilizava no texto ficcional características e realidades do seu tempo, relatando o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera a sua obra (PESAVENTO, 2008. p. 1).

[...] discutir o diálogo da história com a literatura, como um caminho que se percorre nas trilhas do imaginário, campo de pesquisa que passou a se desenvolver significativamente no Brasil a partir dos anos 90 e que tem hoje se revelado uma das temáticas mais promissoras em termos de pesquisas e trabalhos publicados. Por constituir posturas epistemológicas que relativizam a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não real, ciência ou arte (PESAVENTO, 2006, p. 3).

Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirma-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma versão [...] (PESAVENTO, 2006. p. 3) Ressaltando Sandra Pesavento (2006) que “quem trabalha com história cultural sabe que uma das heresias atribuídas a esta abordagem é a de afirmar que a literatura é igual à história” (PESAVENTO, 2006, p. 3). Preconceitos atribuídos, por defenderem os historiadores do cultural uma postura da narrativa literária não se diferencia muito da construção da narrativa histórica, uma vez que o historiador utiliza a dimensão cultural na qual a narrativa literária é ilustrada para captar detalhes de sua época.

Seguindo esta linha de pensamento a utilização do romance “Menino de engenho” de José Lins do Rego, como fonte histórica, se faz não só possível como enriquecedora ao ofício do historiador que queira problematizar o cotidiano da Paraíba no período de glória dos engenhos. Sendo possível, dentre outras discussões, o estudo sobre a família, oligarquia, cultura política e poder, dentre tantas outras problemáticas que o olhar do historiador pode alcançar. Uma vez que, o romance se apoia na cultura brasileira, mais especificamente na cultura paraibana, retratando um engenho-de-açúcar, típico do Nordeste que constitui o



microcosmo da construção do romance. Em torno dele giram costumes, credences, superstições que refletem bem a nossa cultura (REGO, 2003).

3 “MENINO DE ENGENHO”: HISTÓRIA & LITERATURA

A obra romanesca de José Lins do Rego está sob o “signo da memória e do regionalismo” e pode ser dividida em cinco ciclos. Sendo o primeiro, constituído pelo ciclo da cana-de-açúcar, abrangendo os romances: Menino de engenho (1932), Doidinho (1933), Bangüê (1934), Moleque Ricardo (1935), Usina (1936) e Fogo Morto (1943). Todos esses romances têm forte ligação com a terra e trazem aspectos memorialísticos de natureza autobiográfica (REGO, 2003). O romance tem como cenário a região limítrofe entre Pernambuco e Paraíba, o que pode ser deduzido pelas descrições da paisagem e da vida dos engenhos de açúcar.

O autor fixa ainda o esplendor do engenho de açúcar com sua estrutura feudal e patriarcal que caracterizou a paisagem agrária nordestina. Sendo sua obra situada no “ciclo de cana-de-açúcar” por trazer resquícios históricos da cultura que envolveu a Paraíba no período dos engenhos, trazendo ainda “o germe de outros romances”. O romance, narrado em primeira pessoa, apresenta uma estrutura memorialista, em quarenta capítulos. A passagem do tempo é marcada pelas cheias e vazantes do rio Paraíba, num movimento cíclico de bonança e penúria, que repercute no dia a dia do engenho. Passagem também da infância a adolescência, em que são decisivas as figuras tutelares do avô José Paulino, da tia Maria, de Totonha, da velha Sinhazinha e de tantos outros personagens que formam um microcosmo do mundo rural. Fluindo o tempo cronologicamente: o narrador (Carlinhos) tem quatro anos quando a narrativa começa e doze, quando termina o livro (REGO, 2003).

A estrutura memorialista do romance permite ao historiador adentrar nas questões regionais paraibanas, ressaltadas em muitos trechos do livro no qual autor deixa escapar suas memórias acerca da historicidade de sua época. Compondo uma simbiose de sentidos históricos ao qual Sandra Pesavento (2006) já havia enfocado como grande recurso teórico metodológico para o historiador (PESAVENTO, 2006).

A sociologia da literatura, desde há muitos anos circunscrevia o texto ficcional no seu tempo, compondo o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera sua obra. A história, por seu lado, enriquecia por vezes seu campo de análise com uma dimensão “cultural”, na qual a narrativa literária era ilustrativa de sua época (PESAVENTO, 2006, p. 1).



Neste sentido, a relação entre a história e a literatura, permitem os estudos sobre o imaginário, a partir da recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados no que se encontra escrito no romance (PESAVENTO, 2006). Podendo-se vislumbrar no romance certa postura engajada pela valorização dos costumes de uma época, predominando no livro a ideia de evocação de uma infância marcada pela magia e o encanto da vida no engenho Santa Rosa. Não obstante, o autor expõe a miséria degradante em que vivia o povo e mesmo, em alguns momentos, o mandonismo e a prepotência do Coronel Zé Paulino. É visível no romance a separação em castas, em que negros e trabalhadores viveram num regime de total escravidão (REGO, 2003).

Como sugere o título, Menino de engenho pode ser analisado de duas perspectivas: a realidade do mundo rural do engenho e a educação, nesse contexto, do menino de engenho. Aliás, essa era a intenção expressa do autor. José Lins do Rego desejava como ele mesmo confessou, “traçar a biografia de seu avô, o velho José Lins, que era para ele o tipo representativo do senhor de engenho, expressão legítima do patriarcalismo rural da região açucareira do Nordeste” (REGO, 2003, p. 3). Por outro lado, no prefácio do romance Usina, a propósito dos livros do ciclo da cana-de-açúcar, o romancista declarou: “Comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos” (REGO, 2003, p. 15).

Neste sentido, Sandra Pesavento (2006) afirmou que o uso da literatura como fonte, permite que o historiador perceba através dos inúmeros personagens de uma trama literária:

[...] perfis que retracem sensibilidades [...] que são dotados de realidade porque, encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo, (PESAVENTO, 2006, p. 4).

Narrado em 1ª pessoa por Carlos Melo (personagem), que aponta suas tensões sociais envolvidas em um ambiente de tristeza e decadência, é o primeiro livro do ciclo da cana-de-açúcar. Publicado em 1932, Menino do Engenho é a estreia em romance de José Lins do Rego e já traz os valores que o consagraram na Literatura Brasileira. Durante a década de 30 do século XX, virou moda uma produção que se preocupava em apresentar a realidade nordestina e os seus problemas, numa linguagem nova, introduzida pelos participantes da Semana de Arte Moderna de 22. José Lins do Rego seria o melhor representante dessa vertente, se certas qualidades suas não atenuassem fortemente o tom crítico esperado na época. A intenção do



autor ao elaborar a obra *Menino de Engenho*, era escrever a biografia de seu avô, o coronel José Paulino, que considerava uma figura das mais representativas da realidade patriarcal nordestina. Seria também a autobiografia das cenas de sua infância, que ainda estavam marcadas em sua mente. Mas o que se constata é que o biógrafo foi superado pela imaginação criadora do romancista: a realidade bruta é recriada através da criatividade do gênero nordestino (REGO, 2003).

É a história típica, natural e sem retoques de uma criança, Carlos, órfão de pai e mãe, que, aos oito anos de idade, vem viver com o avô, o maior proprietário de terras da região - coronel José Paulino. Carlos é criado sem a repressão familiar e mesmo sem os cuidados e atenções que lhe seriam necessários diante das experiências da vida. Vê o mundo, aprende o bem e o mal e chega a uma provável precocidade acerca dos hábitos que lhe eram "proibidos", mas inevitáveis de serem adquiridos. Pela ausência de orientação, torna-se viciado, corrompido, aos 12 anos de idade. Além dos problemas íntimos do menino, desorientado para a vida e para o sexo tem a análise do mundo em que vivia, visto por Carlos, que é o narrador-personagem. Carlos vê o avô como um verdadeiro Deus, uma figura de grandiosidade inatingível (REGO, 2003).

O engenho é o mundo, um império, de onde o coronel José Paulino dirige e guia os destinos de todos. E, em consequência, Carlos considera-se, e é considerado pelos servos, escravos e agregados, o “coronelzinho” cujas vontades têm que ser rigorosamente realizadas. Descreve com emoção a vida dos escravos, a senzala, o sofrimento e os castigos do “tronco”. Uma cena a ser destacada é a “enchente” do rio Paraíba, vista com admiração e susto por Carlos, constituindo uma descrição de grandiosidade bíblica. Também vêm à tona as superstições e crendices comuns entre as camadas populares, como a do “lobisomem”. Os bandidos e cangaceiros, comuns na região, são mostrados como única forma de reação social de um povo oprimido (REGO, 2003).

4 MENINO DE ENGENHO: A LITERATURA COMO FONTE, FAMÍLIA E PODER

O romance “*Menino de Engenho*” (1932), é o primeiro da vasta construção literária de José Lins do Rego, é uma ficção com fortes traços memorialistas sobre a infância e a primeira adolescência do autor que se coloca na história como narrador:

Dormia no meu quarto, quando pela manhã me acordei com um enorme barulho na casa toda. Eram gritos e gente correndo para todos os cantos. O quarto de dormir de



meu pai estava cheio de pessoas que eu não conhecia. Corri para lá, e vi minha mãe estendida no chão e meu pai caído em cima dela como um louco. A gente toda que estava ali olhava para o quadro como se estivesse em um espetáculo. Vi então que minha mãe estava toda banhada em sangue, e corri para beijá-la, quando me pegaram pelo braço com força. Chorei, fiz o possível para livrar-me. Mas não me deixaram fazer nada. Um homem que chegou com uns soldados mandou então que todos saíssem, que só podia ficar ali a polícia e mais ninguém. Levaram-me para o fundo de casa, onde os comentários sobre o fato eram os mais variados. O criado, pálido, contava que ainda dormia quando ouvira uns tiros no primeiro andar. E, correndo para cima, vira o meu pai com o revólver na mão e minha mãe ensanguentada. “O doutor matou a dona Clarisse!” Por quê? Ninguém sabia compreender (REGO, 2003, p. 5).

Ao ler a citação acima, um historiador pode perceber que num depoimento pessoal que traz elementos autobiográficos, o autor retrata episódios de sua própria vida e assim do seu tempo. Ao pesquisarmos sobre a vida de José Lins do Rego, descobrimos que o autor nascido no Engenho Corredor, município paraibano de Pilar, filho de João do Rego Cavalcanti e Amélia Lins Cavalcanti, teve sua mãe assassinada pelo seu próprio pai ainda no período de sua infância, crime justificado por sofrer o pai de José Lins do Rego de esquizofrenia. Realidade demonstrada pela vida ficcional do menino personagem do livro “Carlinhos” (REGO, 2003).

Outras questões se fazem presentes nos relatos do autor, tendo enfoque para a família e sua estrutura não só sentimental, como de expressão do poder político no mundo do engenho. Indícios que podem ser percebidos quando o autor escreve: “Então comecei a chorar baixinho para os travesseiros, um choro abafado de quem tivesse medo de chorar” (REGO, 2003, p. 6). O menino, apesar de pequeno, sente o impacto da morte da mãe e a solidão que esta lhe deixa, mas, demonstra em sua fala que um menino de seu tempo, um “homem pequeno”, não poderia chorar. Revelando o autor através de sua narrativa, costumes de uma família patriarcal nordestina, aspectos que segundo a historiadora Serioja Mariano (2011) pouco tem sido abordado pela literatura paraibana:

A importância do casamento dentro da sociedade colonial e imperial na Paraíba ainda é pouco estudada pela literatura local, mas a historiografia traz uma série de informações, ainda que esparsas, sobre família e relações de poder (MARIANO, 2011, p.14).

Neste sentido a literatura, e nela tomamos por referencia o trabalho de José Lins do Rego, nos traz importante contribuição para o estudo das famílias nordestinas dentro dos aspectos historiográficos. Ressaltando ainda o cosmos de uma família patriarcal dentro do enredo político, e através deste olhar se faz possível analisar todo o seu envolvimento social. O narrador ao recordar com saudade e ternura de sua mãe, tão precocemente ceifada pelo



destino. Recorda as suas carícias, a sua bondade, a sua brandura, mas, não deixa de recordar a sua posição social, que nos escapa ao relatar: “Os criados amavam-na”. Era filha de senhor de engenho, mas “falava para todos com um tom de voz de quem pedisse um favor” (REGO, 2003, p. 8).

Mais uma vez temos um aspecto verossímil para uma análise historiográfica, ao qual a família patriarcal nordestina se apresenta como instituição de poder, que não se centrava apenas na figura materna e paterna. Depois da tragédia familiar o menino será levado para viver com o seu avô paterno, no engenho Santa Rosa na Paraíba, configurando uma estrutura familiar a qual Serioja Mariano (2011) comentou: “As famílias tinham suas bases no grupo nuclear, em que o casal e seus filhos dominavam a estrutura, mas que, ao se tornarem extensas, ampliavam suas redes de controle para além dos parentes mais próximos” (MARIANO, 2003, p. 14).

Três dias depois da tragédia levaram-me para o engenho do meu avô materno. Eu ia ficar ali morando com ele. Um mundo novo se abria para mim. Lembro-me da viagem de trem e de uns homens que iam conosco no mesmo carro. O tio Juca, que me fora buscar, contava a história, afirmando que meu pai estava doido. Todos olhavam para mim com grande pesar. – Eu avalio como não está o coronel Cazuzu – dizia um deles. – Naquela idade, a sofrer destas coisas! Compreendi que falavam do meu avô. – Um homem de bem como ele, e tão infeliz com a família! O meu tio Juca ficava calado. E a conversa mudava para o inverno, que corria bem, para os partidos de cana. E depois, para a política (REGO, 2003, p. 9).

Mais uma vez um trecho literário reforça o cosmos social de uma época. Na fala do autor se expressa à lógica das sociedades patriarcais não só paraibanas, mas, de todo a sociedade que compunha o mundo do engenho. Mundo no qual o Senhor de engenho era por título e não por ações um “homem bom”, que dominava a economia do açúcar e consequentemente a política local. Já que ser detentor de poder econômico, significava possuir igual poder político. Além de nos trazer indícios dos casamentos e alianças que eram constituídos por estes, já que os avós tanto maternos quanto paternos do menino eram coronéis donos de engenho, para sermos mais precisos o coronel Cazuzu (avô paterno), e o coronel Zé Paulino (avô materno). Representando que seus filhos efetuaram uma união matrimonial como também política.

Estudar o papel dos grupos políticos [...] para manutenção dos poderes locais, através da ocupação e circulação nos cargos públicos, por exemplo, é uma operação fundamental para a compreensão da cultura política de uma época. Essas redes podem ser observadas nas alianças de famílias, que em um primeiro momento, se articulam através dos laços matrimoniais, mas que em outro contexto, de redefinições políticas, utilizaram-se dos partidos e cargos públicos como suporte e espaços de poderes locais (MARIANO, 2011, p.12).



Serioja Mariano (2011) nos demonstra então que estes casamentos entre pessoas de posses, consideradas importantes em sua época, não se davam apenas por causa dos vínculos de afetividade que ambas as famílias poderiam ter numa determinada sociedade. Mas, representavam estratégias de poder que ressaltam nos trechos literários do romance *Menino de Engenho*, narrativa que Sandra Pesavento já afirmava “combinadas associariam os traços de permanência de estruturas mentais com as configurações específicas de cada temporalidade, desembocando na redescoberta da literatura pela história” (PESAVENTO, 2006, p. 3).

História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens desde sempre expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto [...] assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão (PESAVENTO, 2006, p. 3).

Neste sentido, o mundo evocado em *Menino de engenho* é o latifúndio do engenho de açúcar em todo o seu esplendor e opulência. Em torno dele, evidentemente, gira todo um mundo social, quase sempre de penúria e miséria, representado por trabalhadores do eito, moleques da bagaceira, negros das moendas, negras da cozinha e das senzalas e até mesmo da prostituição. Situado na zona canavieira, as margens do rio Paraíba, o engenho Santa Rosa, é uma espécie de mundo novo que contrasta com a cidade. Lá, a vida, as amizades da infância, o contato direto com a natureza, a precoce iniciação sexual, a convivência com personagens que moram e trabalham na casa-grande e na antiga senzala, tudo isso é evocado por um narrador que conheceu profundamente um pedaço de um Brasil arcaico, cuja herança escravocrata ainda se fazia latente (REGO, 2003).

Quando no engenho, o menino é levado para receber a bênção do avô e da preta velha Tia Galdina, ganha uma nova mãe – a tia Maria. No dia seguinte, com o mergulho nas águas frias do poço, o menino está batizado para a nova vida que vai começar. Aos poucos, o menino vai penetrando no mundo novo do engenho. Levam-no para ver o engenho e ele fica deslumbrado com o seu mecanismo. “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pregada à casa-grande, com suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabra do eito e as boas cabras do cifo” (REGO, 2003, p. 49).

Apesar de terem sido alforriados, muitos negros ficaram no engenho. Se tornando na fala do autor “um exército de homens miseráveis e esfarrapados que trabalham no eito: estavam na limpa do partido da várzea [...] Às vezes eu ficava por lá, entretido com o



bate-boca dos cabras” (REGO, 2003, p. 52). Muitos desfilam pelo romance — uns com suas virtudes, outros com seus defeitos. Em todos, um ponto comum: a vida de servidão, a miséria, a degradação. Contemplamos mais uma vez através da narrativa do autor realidades do nordeste após a abolição da escravidão, no qual, muitos dos eis escravos preferiram ficar sob a “guarda e os cuidados dos coronéis”. Para alguns historiadores por causa da segurança e laços de afetividades do engenho, para outros, pela falta de oportunidade que estes eis escravos teriam no novo mundo dos libertos. Mais uma vez podemos perceber na narrativa do autor o que nos evoca Sandra Pesavento (2006):

A literatura é, no caso, um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas [...] hoje, na contemporaneidade, são historiadores que trabalham com o imaginário e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado (PESAVENTO, 2006, p. 3).

O tio Juca leva o menino para o engenho do avô materno. Inicia-se uma Segunda infância que vai até a puberdade. O tio, que levando o menino da cidade para o engenho, apresenta-lhe o mundo novo do engenho e também o próprio avô, não chega a representar um papel de destaque no romance. Por ser filho do senhor de engenho, fazia e desfazia (sobretudo sexo com as mulatas), mas não era punido. De certa forma, representa o papel de pai de Carlinhos. Que o acompanha nas primeiras letras, onde começam os primeiros amores, “enfim, veio com a bela Judite, mulher do Dr. Figueiredo”. Com ela, começam a surgir os primeiros lampejos da sexualidade. “Sonhava com ela de noite, e não gostava dos domingos porque ia ficar longe de seus beijos e abraços” (REGO, 2003, p. 31). Depois o mandaram para uma escola onde tinha todas as regalias, em meio da miséria geral, por ser o “neto do Coronel Zé Paulino”. Paralelamente às letras, começa a iniciação sexual, apesar da pouca idade. Com Zé Guedes, moleque que o levava e buscava na escola, aprendeu “muita coisa ruim”. Com o primo Silvino e outros andou fazendo muita “porcaria” com as cabras e vacas da fazenda (REGO, 2003, p. 32).

Ao problematizarmos os trechos narrados acima pelo autor a respeito do personagem Tio Juca, e do menino Carlinhos, clara nos é a noção de que os personagens possuem um nome que fazem deles especiais. O fato de serem filho e neto do Coronel Zé Paulino lhes dava livre arbítrio e direitos que nenhum outro personagem além do coronel possuía. Retratando mais uma vez a literatura, fatos e costumes verídicos ainda hoje no nordeste brasileiro, local onde um sobrenome vale mais do que o próprio ser. Fator ao qual Serioja Mariano (2011) nota ser não apenas um valor de família, mas, projeção de honra e prestígio ao qual trazia o



sobrenome uma carga de possibilidades, representativa das alianças e redes de poder: “os sobrenomes funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisito políticos e como sinônimos de status social. Os sobrenomes serviam para fixar redes ou ramos familiares, criando uma referência espacial” (MARIANO, 2011, p. 15).

O engenho, na sua estrutura socioeconômica, envolve todo um mundo social que gira ao seu redor: as mais diversas castas estão aí representadas, desde o senhor de engenho até o moleque da bagaceira. Sua estrutura econômica centra-se evidentemente na figura do senhor de engenho que exerce, nos seus domínios, uma autoridade absoluta e avassaladora. Ali ele é o patriarca que “assoma como senhor absoluto” de gente e de coisas. Ao seu redor gira toda uma população a desempenhar o papel de uma vassalagem que cheira a escravidão. A todos o senhor de engenho, há um tempo, ordena e protege. Eis alguns trechos sobre o Coronel Zé Paulino — protótipo dessa realidade abrangente:

“Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas [...] Tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje” (REGO, 2003, p. 32).

O avô José Paulino – figura representativa da realidade patriarcal nordestina. Aos olhos de Carlos, um verdadeiro deus, uma figura de grandiosidade inatingível. Não era um devoto. A religião dele não conhecia penitência e esquecia alguns dos mandamentos da lei de Deus. Não ia às missas, não se confessava, mas em tudo o que procurava fazer, lá vinha um “se Deus quiser eu tenho fé em nossa Senhora”. Todos no engenho respeitavam o senhor José Paulino. Depois do jantar ele sentava-se numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. Lia os telegramas do “Diário de Pernambuco” ou dava as suas audiências públicas aos moradores. Todo o dinheiro dele era para comprar terras (REGO, 2003, p. 32).

“[...] a ocupação e a conquista foram montadas como um negócio de família, o que garantiu as bases dessa organização nas capitanias. Na conquista do sertão, o distanciamento e isolamento geográfico, em relação ao poder metropolitano, concorreu para uma maior autonomia das famílias mais ricas, garantindo o monopólio político local” (MARIANO, 2011, p.12).

Se utilizando mais uma vez da literatura para uma análise historiográfica, percebemos na fala do autor indícios de que a conquista e a ocupação das terras no sertão nordestino também se dava por meio do poder e prestígio dos grandes coronéis, que as adquiria por direito ou pela força. Ressaltando mais uma vez o que a historiadora Serioja Mariano (2011)



demonstrou que a conquista espacial também acabava se tornando uma questão de família. Neste sentido, o Coronel Zé Paulino - É o todo-poderoso senhor de engenho - o patriarca absoluto da região. Era uma espécie de prefeito - administrava pessoalmente, dando ordens e fazendo a justiça que ditava a sua consciência de homem bom e generoso.

No geral, essas famílias eram chefiadas por homens donos de engenhos e grandes proprietários de terras. A família é uma instituição que vai se transformando, lenta e gradualmente, nas suas práticas sociais, e era vista como uma unidade básica da ordem política (MARIANO, 2011. p. 13).

O autor demonstra então o coronel José Paulino e sua propriedade, como seres admiráveis, grandezas interdependentes, o que se amplia para a dimensão maior do patriarca, senhor do engenho que se confronta com outros senhores de engenho, no momento agudo de um poderio irremediavelmente ameaçado pela chegada da Usina. José Paulino também fazia remédios – abordando o autor a crença nos medicamentos naturais – “ele tratava de tudo, fazia sinapismos de mostarda, dava banhos quentes, óleo de rícino, jacaratiá para vermes. Curava assim os negros, os netos, os trabalhadores e lancetava furúnculos” (REGO, 2003. p. 35).

Após a ceia, o Coronel Zé Paulino gostava de contar seus casos de escravos a senhores de engenho, antes e depois da abolição. As ruindades do Major Ursulino com os negros sempre se destacam nas suas histórias. Gostava também de relembrar a visita de Dom Pedro ao Pilar e tinha grande orgulho de sua casta branca e nobre. O livro faz referências a crendices populares, como a do lobisomem², que é citada através de João Cutia, um comprador de ovos da Paraíba. “Não tinha uma gota de sangue na cara e andava sempre de noite, para melhor fazer as suas caminhadas, sem sol”. Achava-se que ele era lobisomem (REGO, 2003. p. 42).

Porém, além do personagem do avô outros personagens se destacam nos contos de história como a Velha Totonha – que vivia a contar história de Trancoso. A velha Totonha com suas histórias fabulosas encantam o narrador. Quando passava pelo engenho era uma

² O lobisomem é um mito presente no imaginário nordestino. Vindo da Europa, onde o mito do ser humano que vira lobo é conhecido desde a Grécia Antiga, no qual Liacon, por ter atacado Zeus, foi transformado num desses animais – esse mito, que por sinal existe no resto do Brasil, no Nordeste é explicado de várias formas. Uma delas é que quando um casal tem sete filhos homens, se não der o último para ser batizado pelo mais velho, ele vira lobisomem. Irmão que tem relações sexuais com a irmã se tiver filho, ele será lobisomem. Também filho de relação sexual entre compadre e comadre tem tudo para se um “lobo-homem”. Dizem que são nas noites de quinta para sexta-feira, principalmente se for noite de lua cheia, que a pessoa se transforma. Para haver o desencantamento há várias maneiras: deve-se tirar sangue dele, mas sem se sujar, pois se isso acontecer vira-se lobisomem também. Quando ele aparecer, deve-se fazer o sinal da cruz diante dele que ele corre. Ou, então, rezar três ave-marias. Já para matar o lobisomem, um jeito é usar bala besuntada com cera benta de vela de igreja” (REGO, 2003. p. 50).



festa. Suas histórias, sempre de reis e rainhas comoviam. Ela sabia como ninguém contar uma história. Era pequenina e engelhada, tão leve que uma ventania poderia carregá-la, andava muito a pé, de engenho a engenho, “como uma edição viva das “Mil e uma noites”. Tinha talento em contar histórias. Não tinha nenhum dente na boca, mas dava tons às palavras”. Recitava contos inteiros em versos, intercalando a prosa com notas explicativas. “O que fazia a velha Totonha mais curiosa era a cor local que ela punha nos seus descritivos. Quando ela queria pintar um reino era como se estivesse falando dum engenho fabuloso. Os rios e as florestas por onde andavam os seus personagens se pareciam muito com o Paraíba e a Mata do Rolo. O seu Barba-Azul era um senhor de engenho do Pernambuco”. Para Carlinhos, sinhá Totonha possuía um “pedaço de gênio que não envelhece” (REGO, 2003, p. 43).

Pelo engenho, corria o boato de que um lobisomem estava aparecendo na Mata do Rolo. “Diziam que ele comia fígado de menino e que tomava banho com sangue de criança de peito”. Seria José Cutia? Além do lobisomem, outros duendes da superstição popular povoaram a infância do narrador: o zumbi, as caiporas, as burras-de-padre etc. Outros personagens faziam parte do folclore e cultura nordestina como Antônio Silvino - Representando bem o cangaceiro, sempre temido e respeitado pelo povo, em virtude de seu senso de justiça, tirando dos ricos e protegendo os fracos. Elementos que compõe bem a paisagem nordestina (REGO, 2003. p. 44).

O cangaceiro Antônio Silvino faz uma visita de cortesia ao engenho Santa Rosa. Há uma grande expectativa, sobretudo por parte dos meninos. O famoso cangaceiro chega e é recebido pelo senhor de engenho. A partir, entretanto, o narrador demonstra o seu desencanto: “Para mim tinha perdido um bocado de prestígio. Eu fazia outro, arrogante e impetuoso, e aquela fala bamba viera desmanchar em mim a figura de herói”. É que o mito se tornou real, descendo do seu pedestal. Organiza-se um passeio ao sítio do Seu Lucino, nas proximidades do engenho. “No caminho, gente que voltava da feira com seus quilos de carne. A caravana chega ao sítio e são recebidos com a boa hospitalidade sertaneja”. À tardinha, voltam todos para casa, quando os moleques começam a falar de mal-assombrados (REGO, 2003, p. 45).

Mais uma vez, percebemos a importância da união da literatura a história, como enfatizou Sandra Pesavento (2006) “o historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, os descobre, fazendo-os sair de sua invisibilidade” (PESAVENTO, 2006, p. 4). O folclore nordestino está bem representado pela velha Totonha com suas histórias fabulosas e mesmo com o cangaceiro Antônio Silvino e seu bando. Nele fala alto a alma brasileira com sua maneira de ser e suas peculiaridades. Curioso observar que o estilo do autor reflete bem a



espontaneidade desses “contadores” nordestinos. Ao visualizarmos os diversos personagens do romance, sentimos em cada um os sabores e amores do nordeste. Sendo o uso da narrativa literária rica em detalhes do passado que jamais se reconstruirá, mas, que pode ser sentido através dos costumes que escapam da trama a realidade de uma época.

Assim, a noção proposta por Paul Ricoeur de “representância” vem ao encontro desta propriedade do trabalho do historiador: mais do que construir uma representação, que se coloca no lugar do passado, ele é marcado pela *vontade* de atingir este passado. Trata-se de uma militância no sentido de atingir o inatingível, ou seja, o que um dia se passou, no tempo físico já escoado (PESAVENTO, 2006. p. 5).

“Nesta medida, a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação, dando a ver e ler uma realidade passada que só pode chegar até o leitor pelo esforço do pensamento” (PESAVENTO, 2003, p. 5). O livro enfoca os abalos de estruturas de uma sociedade rural aristocratizante, latifundiária e escravocrata. O universo complexo em questão é o “mundo” do menino de engenho, que vai da pureza às maledicências, caracterizando uma realidade totalizadora e ao mesmo tempo um destino individual. No romance de José Lins do Rego há algo de ternura e intensa humanidade, dominado pela nostalgia do ambiente do engenho sob a decadência do poderio da civilização açucareira. Esse autor procura sentir e compreender a grandeza e a memória da natureza nordestina, humanos, limites de um mundo do qual não deseja se desprender. Constatamos que o biógrafo foi superado pela imaginação criadora do romancista. “A realidade bruta, é recriada, através da criatividade do gênero literário nordestino” (REGO, 2003. p. 68).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *O conceito de História – antigo e moderno*. In: **Entre o passado e o futuro**. 3ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 69-99.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

MARIANO, Serioja R. C. *Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840)*. **Saeculum – Revista de História**, n. 24, João Pessoa, jan./jun. 2011, p. 11 – 24.



PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & Literatura:** uma *velha-nova* história , Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006, [Em Línea], Puesto em línea el 28 janvier 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Consultado el 06 décembre 2008.

REGO, José Lins. **Menino de engenho**. Organização Maria Amélia Mello. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.